

## QUESTÕES SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DE UMA ANÁLISE DOS PARÂMETROS DE QUALIDADE DE 2018

Mirian França Santos

Universidade de São Paulo - USP – (Brasil)

Endereço eletrônico: mirifranca@gmail.com

Bianca Correa

Universidade de São Paulo - USP – (Brasil)

Endereço eletrônico: biancacorrea@ffclrp.usp.br

2637

### INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta discussões oriundas de pesquisa de mestrado, em fase de conclusão, que teve por objetivo analisar a concepção de educação infantil (EI) presente no documento “Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil” (PQEI18), publicado em 2018. O referido documento é uma reedição dos “Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil” (PQEI06), de 2006. A pesquisa contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os PQEI18 foram aprovados no final de dezembro de 2018, ao término do governo Michel Temer – presidente que assumiu interinamente após a deposição de Dilma Rousseff em 2016, por meio de um golpe jurídico-midiático-parlamentar (SAVIANI, 2020). Nesse período, o Brasil vivenciou um aprofundamento das políticas de austeridade fiscal, as quais reduzem o orçamento público voltado para as áreas sociais, dentre elas a educação. Tais políticas são orientadas por ideais capitalistas de caráter neoliberal, os quais tomam a administração empresarial como referência para a organização da educação (FREITAS, 2012), trazendo para esse campo princípios próprios do mercado, como o individualismo e a competição exacerbada, a meritocracia e a corrida pelo lucro. Nesse contexto, a responsabilidade estatal na garantia dos direitos sociais é diminuída, sendo transferida para o setor privado, ainda que mantida com recursos públicos. O risco dessa passagem se encontra na perda da noção do direito, visto que a educação se afasta de princípios democráticos e se torna campo de atuação direta de grupos privados com interesses específicos (de classe), inclusive daqueles com fins lucrativos (CORREA, 2020).

Realização:



UESB  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DE SÃO PAULO



MUSEU PEDAGÓGICO



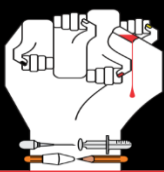
Apoio:



Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico



CAPES



Diante desse cenário, consideramos pertinente analisar as mudanças, permanências e novidades que os PQEI18 manifestam em relação à sua primeira publicação, de 2006, procurando apreender conexões com o contexto político, econômico e cultural de cada momento histórico e suas implicações para o direito da criança pequena à EI.

## METODOLOGIA

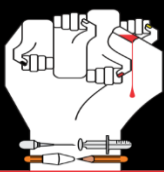
Realizamos uma análise documental tendo os PQEI18 como objeto de pesquisa, sendo a organização e o estudo dos dados feitos a partir dos procedimentos da Análise de Conteúdo (FRANCO, 2007). Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo (GODOY, 1995).

Acessamos os PQEI18 por meio do *site* oficial do Ministério da Educação (MEC), onde ele aparece no topo da lista de publicações da seção “Educação Infantil”. Investigamos o conteúdo escrito e imagético do documento, buscando apreender aquilo que se apresentava como novo, o que havia sido retirado e o que permaneceu em relação à primeira publicação (de 2006), procurando compreender concepções de infância e de EI subjacentes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como discute Bianca Correa (2003), quando se trata de políticas educacionais, as propostas e mudanças são comumente justificadas sob o argumento de melhoria da qualidade. Entretanto, esse termo pode “assumir diferentes significados e posicionamentos, tanto ideológicos quanto práticos” (CORREA, 2003, p. 86).

No atual momento do capitalismo, a educação passou a ser considerada um indicador de competitividade do sistema econômico e social (LAVAL, 2019), ampliando o número de discursos, proclamados por setores empresariais, que declaram a necessidade de se investir em educação e aumentar a sua qualidade. Em decorrência das políticas neoliberais, caracterizadas por um Estado mínimo (em termos de limitação de suas funções) porém fortemente regulador (MARTINS, 2016), a pobreza e as desigualdades sociais têm se aprofundado. Contudo, diante disso, não é a forma capitalista de organização da sociedade que os grandes grupos empresariais questionam



(visto que é ela que sustenta a sua dominação de classe); é a educação que é apontada tanto como a “culpada” como a “salvadora” dessa situação.

Nesse contexto, investir em educação adquire um sentido de apelo ao setor privado para tomar parte nos assuntos educacionais, exercendo influência direta no conteúdo das políticas dessa área e fomentando formas de filantropia (reconfiguradas como filantropia de risco, uma vez que envolvem a intenção de lucro), voluntariado e a chamada responsabilidade social empresarial (MARTINS, 2016). A educação torna-se, assim, um campo de negócio. Conforme discute a autora, sua qualidade adquire um significado estritamente quantitativo, medida por meio de testes padronizados e de larga escala.

A EI adquire, nesse cenário, um importante papel, pois acredita-se que as taxas de retorno desse “investimento” nessa etapa educacional são maiores (PENN, 2002). Surgem, assim, grupos que se dedicam especialmente à veiculação desses discursos tendo como enfoque a primeira infância. Como mostra estudo de Correa (2020), que analisou o conteúdo de um material produzido por uma fundação desse tipo, as propostas desses grupos para a EI sugerem modelos de baixo custo, induzindo a pensar que isso não causaria prejuízos para a qualidade.

A partir da análise dos PQEI18, percebemos mudanças na concepção de EI que embasa o documento, sendo ela orientada, principalmente, por referências do campo da economia e não mais pelas educacionais. Essa alteração pode ser explicada, em parte, pela presença de entidades privadas em sua elaboração, as quais se amparam em discursos economicistas. Ao longo do documento, se faz menção à possibilidade de realização de “parcerias” com o setor privado para a oferta de vagas, indicando, ainda, que **“ela engloba a contratação de vagas em creches/escolas particulares”** (BRASIL, 2018, p. 29-30, grifos nossos). Nesse sentido, os PQEI18 parecem naturalizar o crescente movimento de privatização da EI.

Em seu conteúdo imagético, o documento privilegia a aparição de crianças brancas. No total de 40 fotografias, identificamos 67 crianças brancas e apenas 12 negras. Além da discrepância na quantidade, há também diferenças na forma como elas são retratadas: no primeiro grupo, 15 delas estão sorrindo, sendo que apenas três crianças negras aparecem sorrindo. Como mostra estudo de Eliane Cavalleiro (2012), o racismo também perpassa a EI e crianças pequenas negras o vivenciam nas manifestações de desigualdade de tratamento (atenção, carinho, afeto) e em estereótipos que internalizam uma visão negativa de si mesma e de sua cultura.

Realização:



Apoio:





Identificamos, ainda, que as fotos do documento retratam as crianças em situações que frequentemente são questionadas em pesquisas da área: crianças em fila, fazendo tarefas individualmente, pintando desenhos “prontos”, xerocados, utilizando material apostilado, etc.

## CONCLUSÕES

O estudo permite inferir que a concepção de EI veiculada pelos PQEI18 se ajusta aos princípios neoliberais de individualismo, competição e submissão, como pode ser verificado nas fotografias das crianças em fila, fazendo tarefas individuais, retratadas em posições curvadas, etc. Contudo, o estudo também revela as contradições do discurso dominante sobre educação: os mesmos grupos que defendem o “investimento” na educação são aqueles que apoiam o contexto de diminuição do orçamento público e da volta da proposição de modelos a baixo custo para a EI, sobretudo para a creche; argumenta-se em prol de ideias novas, “modernas”, ao mesmo tempo que esbarra em antigas práticas de subordinação; reivindica-se maior autonomia docente e pedagogias centradas na criança paralelamente à venda de materiais e cursos fortemente diretivos, etc. Como argumenta Mauro Iasi (2017), a ideologia dominante apresenta a realidade às avessas, dificultando a sua compreensão. Nesse sentido, tornar mais nítidas as suas contradições contribuem para a luta pela justiça social.

2640

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil. Qualidade educacional. Gestão Escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. Editora Contexto, 2012.

CORREA, Bianca. Considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, p. 85-112, 2003.

CORREA, Bianca. A educação infantil sob a lógica do empreendedorismo e dos “negócios de impacto social”. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

Realização:



UESB  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DE SÃO PAULO



MUSEU PEDAGÓGICO



PPGMIS



UNICAMP



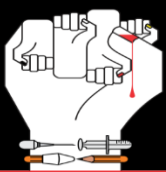
Apoio:



CNPq  
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



CAPES



FRANCO, Maria Laura. **Análise de conteúdo**. 2ª ed. Autores Associados, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012.

GODOY, Arilda. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

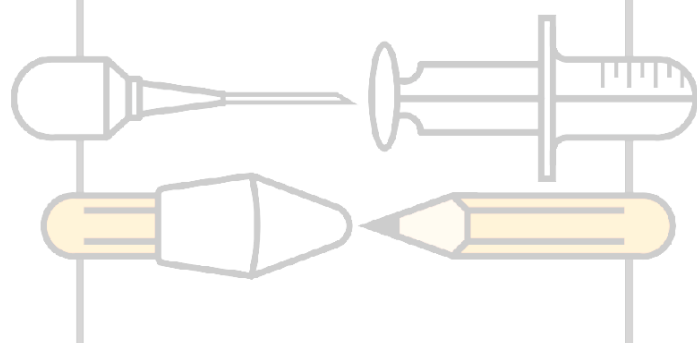
LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Boitempo Editorial, 2019.

MARTINS, Erika. **Todos pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

PENN, Helen. Primeira infância: a visão do Banco Mundial. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 07-24, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, v. 45, n. 1, p. 30-48, 2020.

2641



Realização:



Apoio:

